



Alagoas, agosto a novembro de 2021

## TEXTO-BASE PARA PROJETO DE RESOLUÇÃO

### **I. AS LUTAS INTERNACIONAIS DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA O NEOLIBERALISMO E POR SOBERANIA DOS POVOS**

1. Historicamente o movimento sindical e os movimentos sociais têm participação importante nos processos de resistência ao neoliberalismo e de construção de alternativas na América Latina.
2. No passado, os processos de resistências que construímos nos permitiram não apenas derrotar ações dos governos neoliberais, como também abrir um ciclo de governos progressistas no continente. Infelizmente, a maior parte desses governos não conseguiu realizar reformas profundas e possibilitar a construção real de uma alternativa de superação do neoliberalismo.
3. A partir de 2008, o capitalismo entrou em uma crise profunda, o que poderia representar para a esquerda a oportunidade de recolocar em debate a necessidade de construção de alternativa socialista. Entretanto, a crise tem gerado o aprofundamento do projeto neoliberal caracterizado pelo ataque à democracia e pelo aprofundamento do fundamentalismo programático neoliberal.

4. O ataque à democracia se dá em vários níveis. Desde o ataque frontal às organizações políticas e sociais e suas lideranças, até uma série de golpes políticos ocorridos na América Latina, como por exemplo o Golpe contra Dilma Rousseff (Brasil) e Evo Morales (Bolívia). Em paralelo a isso, o fundamentalismo programático neoliberal possibilitou também a eleição de Donald Trump nos EUA e de Jair Bolsonaro no Brasil.
5. As lutas internacionais contra o neoliberalismo precisam ser compreendidas também em relação com a pandemia de covid-19 e com o impacto dela na nossa vida. A América Latina e o Brasil já viviam uma crise econômica-política-social que foi aprofundada pela crise sanitária com determinante efeito negativo do amplo processo de desinformação e disseminação de *fake news*, que causou a morte de centenas de milhares de brasileiros/as.
6. Apesar do caráter mundial, a pandemia de covid 19 não gerou uma reação humanista generalizada como esperado. Ao contrário, a crise sanitária aprofundou as desigualdades e as opressões estruturantes do sistema capitalista em todo o mundo, já que desde o início da pandemia vimos uma crescente disputa por recursos e sobre a agenda de reativação econômica. Vimos também as elites nacionais, transnacionais e os mercados se aproveitando desse momento para expandir ainda mais sua política, concentrando mais riquezas nas mãos de uma minoria.
7. As disputas pelas saídas para essa situação de crise estão dadas nesse momento entre os setores que representam os interesses do neoliberalismo e os povos em luta junto com os movimentos sociais. Por isso, quando organizamos nossa resistência ao neoliberalismo colocamos no centro do debate o poder corporativo. Ou seja, o poder das empresas transnacionais e como ele se articula por vias legais e ilegais para obter mais espaço do Estado e para privatizar a política em vários sentidos e âmbitos.
8. O poder corporativo vem estabelecendo as bases para a prática do autoritarismo do mercado, que impõem em nossos países uma agenda que fortalece os mecanismos da acumulação de poder e riqueza através da exploração da classe

trabalhadora, mas que também age em nossos territórios usando a militarização e o racismo como estratégia.

9. Os EUA estão muito interessados na disputa que está sendo travada pelo modelo de desenvolvimento em nosso continente. Apesar de Biden apresentar um discurso progressista, sabemos que a agenda estadunidense é de ampliação do seu poder na região visando também o seu fortalecimento em disputas geopolíticas. Por isso, temos que estar atentos às situações em que precisamos somar forças para combater o autoritarismo do mercado e a atuação imperialista dos EUA na América Latina - como na Colômbia e em Cuba.
10. Devemos ter o olhar atento também aos países que conseguiram vitórias políticas para termos inspiração, esperança e força. Nossas resistências vitoriosas vêm desde experiências de organizações sindicais e sociais, organizações de base e de defesa de territórios que possibilitaram construção de unidades nacionais para derrotar governos liberais, como o caso da Frente de Todos, na Argentina que derrotou Macri e, também, o caso das mobilizações que ocorreram no Chile, que instalou uma nova Assembleia Constituinte no país. Também destacamos a derrota do Golpe na Bolívia e a vitória do Pedro Castillo no Peru.
11. Há uma relação direta entre os desafios civilizatórios que estão postos para a humanidade e para o nosso povo e a perspectiva política de atuação do movimento sindical. Nós nunca ficamos de joelhos e reafirmamos que somos capazes de construir alternativas e resistências coletivas em nosso continente. Sempre estivemos à frente da resistência no processo de enfrentamento ao neoliberalismo e tentamos a cada dia rearticular os movimentos sociais pela defesa da democracia, entre as articulações que merecem destaque e que possibilitam nossa resistência está a *Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo*.
12. **O papel dos sindicatos na resistência é a construção da unidade, a defesa da Democracia e do Estado e a prática da solidariedade**

13. Quando se trata de resistência ao neoliberalismo, principalmente na América Latina, partimos do acúmulo de diferentes movimentos - sindical, mulheres, camponeses, indígenas. Portanto, temos o desafio de integrar nossa visão e construir uma síntese que nos permita perceber por onde o neoliberalismo está avançando e por onde podemos construir a resistência.
14. Para derrotar o neoliberalismo, precisamos compreender como ele está enraizado em nossas práticas e na forma de organização da nossa sociedade dando base para o racismo, a misoginia e o bolsonarismo. Portanto, a tarefa para nós nesse momento de avanço do neoliberalismo autoritário é através dos nossos instrumentos de luta construir o diálogo e fortalecer também a democracia.
15. Nossa ação sindical tem que ser ampla e profunda no debate e na disputa das nossas sociedades. A luta para derrotar o neoliberalismo e a luta por alternativas deve estar no centro da nossa atuação. Para isso, é necessário resistir, unir e nos proteger em diálogo com a nossa categoria e com os movimentos sociais. Temos que ser participantes ativos das mudanças sociais.
16. Construir estratégias como essas faz parte do processo de ruptura com os valores neoliberais. A gente só consegue fazer lutas que geram vitórias quando conseguimos que a classe trabalhadora e o povo entendam a ameaça, o ataque e a motivação da nossa resistência. Por isso, é muito importante conseguir mostrar para o povo o impacto do neoliberalismo na vida cotidiana e sua relação com a situação de exploração e desigualdade em que vivemos.

## **II. EM DEFESA DA VIDA, DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA**

17. As transformações nas relações de produção e de trabalho e na oferta de bens e serviços públicos fundadas na mercantilização de direitos, na desregulação econômica e na fragmentação política e espacial da classe trabalhadora - características do neoliberalismo e do processo de financeirização - produziram um enfraquecimento das instituições tradicionais de socialização e representação

política dos setores populares (sindicato, partidos de esquerda, organizações comunitárias, igreja progressista).

18. As forças políticas tradicionais se mostraram incapazes de oferecer resposta aos problemas que se avolumavam. A combinação entre esses fatores desaguou em uma crise civilizatória marcada por profunda instabilidade política, perda de identidade da classe trabalhadora, crescente alheamento político e desesperança, abrindo espaço para o fortalecimento da extrema-direita.
19. A resposta do neoliberalismo para os anos de governos democrático-populares na América Latina foram os ataques à democracia. No Brasil, após um golpe parlamentar em 2016 e a prisão do ex-presidente Lula – líder nas pesquisas eleitorais para 2018 – esta elite apoiou a eleição de Jair Bolsonaro, num processo que em nada pode ser considerado democrático.
20. O governo Bolsonaro é formado por uma coalizão de forças neoliberais, militares, agentes do judiciário, fundamentalistas religiosos e extremistas de direita, arquipélago de interesses difusos.
21. A gestão econômica de Jair Bolsonaro tem como núcleo medidas ultraliberais e impopulares. Sua política econômica aprofunda a crise com cortes nos gastos sociais e nos investimentos, privatização de estatais, juros reais elevados e outras medidas que, ao atentar contra a soberania nacional e os direitos sociais, tornaram o governo Bolsonaro o grande motor de aprofundamento desta crise. A indústria brasileira perdeu espaço, os investimentos despencaram para a menor taxa das últimas décadas, as expectativas da sociedade e dos investidores se deterioraram e o resultado fiscal reflete o baixo dinamismo econômico. Como se não fosse suficiente, o Estado está em decomposição, especialmente a partir da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos), dificultando em muito a recuperação econômica e social.
22. A reforma da previdência e a adoção de medidas que aprofundam a reforma trabalhista reforçam o caráter de classe do ultraliberalismo econômico deste governo: o desemprego em massa e o subemprego forçam parcela da classe

trabalhadora à submissão a condições de trabalho extremamente precárias e com baixos salários. O fim do caráter distributivo da Previdência Social penaliza o andar de baixo, enquanto, a despeito do discurso falacioso do governo e da mídia oligopolizada, os privilegiados seguem protegidos.

23. O governo aposta na radicalização das pautas ultraconservadoras: armamento da população, cortes na educação, destruição do meio ambiente, perseguição aos negros, mulheres, LGBTQI+, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência. Ataca valores e símbolos caros à democracia e à esquerda.
24. Tal programa assenta as bases de uma ordem autoritária de exploração, dominação e opressão. O controle do corpo e do comportamento, da sexualidade e da reprodução, por violência e/ou ideologia, se associa à necessidade de que o trabalho realizado majoritariamente pelas mulheres garanta a vida em situações de extrema precariedade. A persistência da crise econômica, o desemprego e o trabalho precário retrocedem no curso da lenta redução das desigualdades raciais e levam a população negra à exclusão ainda maior, vítima prioritária de uma política de segurança que enxerga a periferia como campo de batalha e o povo preto e pobre como inimigo.
25. As medidas econômicas tomadas pelo governo buscam reforçar a ideia que precisamos tirar do Estado as políticas porque o Estado é o empecilho para atuação do mercado. Entretanto, no ano de 2020, marcado pela pandemia de Covid-19, o serviço público foi fundamental para reagirmos imediatamente às dificuldades e mostrou para a sociedade brasileira a sua importância e grande capacidade de responder às suas demandas e garantir direitos ao povo.
26. Todo este cenário conclama o SINTEAL a defender de forma intransigente o Sistema Único de Saúde (SUS), totalmente público, integral e de qualidade. Isso porque, desde o golpe de 2016 o SUS tem sido atacado sistematicamente por meio do desfinanciamento contínuo com a Emenda constitucional 95 e uma busca constante do governo federal em privatizar o serviço público, entregando à iniciativa privada sua gestão e todos os recursos, o que pode inviabilizar a assistência à saúde, já que a o serviço privado vê a saúde como mercadoria e não

prioriza as ações de proteção e promoção. Defender o SUS é defender o direito humano à vida.

27. Em 2020, primeiro ano da pandemia, o valor do recurso disponibilizado para a saúde foi de R\$ 160 bilhões, já o Orçamento Da União aprovado pelo Congresso para 2021 tem valor previsto de 135, 3 bilhões. Em meio a maior pandemia do século, ao contrário de priorizar os investimentos no fortalecimento do serviço de saúde, na melhoria das condições de trabalho e na aquisição de insumos incluindo vacinas, o governo reduz os recursos. Esse desfinanciamento trará impactos severos para a garantia da atenção à saúde da classe trabalhadora e de toda sociedade em todos os níveis de atenção, ou seja, na atenção básica, média e alta complexidade.
28. Por outro lado, o governo demonstrou sua completa incapacidade para responder às demandas da classe trabalhadora e da sociedade brasileira. Comprometido com os interesses do setor privado, implementou uma série de medidas que rebaixaram o padrão salarial e ampliaram as condições de precarização previamente existentes.
29. Em contraste com os indicadores sociais da primeira década do século XXI, que haviam apresentado melhora e eram o sinal positivo na construção de uma sociedade mais igualitária e mais inclusiva, vimos o crescimento da extrema pobreza, da desigualdade, do desemprego e da informalidade, além da redução do número de pessoas com acesso à previdência.
30. O Congresso Nacional, tendo à frente o deputado oligarca alagoano Artur Lira, demonstra que está absolutamente comprometido com os interesses do grande capital e vem avançando em uma série propostas que fazem parte do conjunto de ações que retiram direitos do povo, como a PEC 32 (Reforma Administrativa), a Medida Provisória 1045, que aprofunda a deterioração do mercado de trabalho brasileiro em favor da manutenção das taxas de lucro e a agenda de privatizações do patrimônio público brasileiro, como o Correios.

**31. É preciso reafirmar a importância do direito ao trabalho para a vida em sociedade**

32. No Brasil, a transição do trabalho do escravo para o trabalho assalariado se deu com a exclusão de uma enorme parcela da classe trabalhadora composta, sobretudo, por homens e mulheres negras.

33. O tipo de capitalismo tardio e periférico, extremamente dependente dos grandes países desenvolvidos, conservou no Brasil as marcas do escravismo, compondo uma sociedade muito heterogênea e profundamente desigual.

34. No contexto de golpe, as taxas de desemprego no Brasil triplicaram, chegando a 14% em 2020. Soma-se a isso o crescimento vertiginoso das formas de trabalho informais no setor público e privado. Hoje, nós temos mais de 3 milhões de pessoas nessa modalidade de emprego sem carteira no setor público. A crise do desemprego deixa as pessoas sem perspectiva e condicionadas a aceitar a precarização, inclusive em áreas como saúde, educação, como forma de manter seus empregos.

35. O uso das novas tecnologias, que poderia trazer segurança e ampliar a qualidade no trabalho, gerou um aprisionamento ainda maior de parcela da classe trabalhadora em empregos precários, instáveis e mal remunerados. Um exemplo disso são os trabalhadores em aplicativos, mas eles não são os únicos. Há muitos exemplos de como as novas tecnologias do trabalho estão sendo aplicadas para aumentar o grau de instabilidade e precariedade.

36. Esse cenário deixa claro que o capitalismo por si é incapaz de incorporar todos/as igualmente e que o capitalismo periférico é ainda mais excludente. A política econômica neoliberal é impotente e incapaz de dar resposta para esses desafios. Por isso, nosso grande desafio é enfrentar esses problemas pensando em um novo modelo de desenvolvimento e um novo modelo de sociedade que pressuponha a superação desse regime de acumulação capitalista marcado pela exclusão da maior parte da classe trabalhadora do direito ao trabalho.

**37. A agenda sindical para superar a crise**



38. Diante de todas essas mudanças no mundo do trabalho, é fundamental reinventarmos nossos sindicatos e pensar nossa atuação sindical para além da nossa categoria e para além do trabalhador sindicalizado.
39. Precisamos aprofundar o diálogo de construção de uma agenda no território com os movimentos sociais fazendo ação sindical de forma que envolva a classe trabalhadora como um todo, sobretudo no que se refere ao tema dos direitos públicos. A ação do Estado é fundamental para que, por meio das políticas públicas, possamos atenuar os efeitos da desigualdade gerada pelo mercado.
40. Seis pontos para agenda sindical de defesa do direito ao trabalho:
- a) Pensar em políticas que permitam a universalização de acesso aos direitos e reafirmar o direito à proteção social independente da forma de inserção do trabalhador/a no mundo do trabalho, seja produtivo ou reprodutivo.
  - b) Enfrentar o problema do desemprego estrutural e debater a proposta de redução da jornada de trabalho.
  - c) Articular os direitos com o combate a todas as formas de exclusão, ou seja, entender a questão de gênero e de raça como estruturantes da nossa sociedade e por isso fundamentais para entender como se dá a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro, que é altamente segregado e segmentado.
  - d) Gerar ocupações que atendam às necessidades coletivas, ou seja, estimular a geração de empregos ou ocupações que contribuam para o bem-estar da sociedade.
  - e) Pensar um projeto de desenvolvimento que seja capaz de se articular em todas as dimensões e que seja ambientalmente sustentável.
  - f) Retomar com força a luta pela continuidade da política de valorização do salário mínimo. Nós não podemos permitir que alguém receba menos que a remuneração suficiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência.

41. Por isso, é fundamental nas próximas eleições disputar o programa e a agenda política dos nossos representantes com muita mobilização de rua e com muito debate entre nós, nas nossas bases políticas e no cotidiano.
42. Reafirmamos a necessidade da luta sindical e da luta social para derrotar esse projeto e retomar a soberania do país e do serviço público. A classe trabalhadora precisa estar unida para compreender as perdas resultantes do projeto neoliberal no nosso país e construir o projeto que queremos e que nos permita resgatar direitos e avançar.
43. A riqueza criada com o nosso trabalho e com o nosso esforço, deve ser apropriada coletivamente para ser revertida em bem-estar para sociedade em todas suas dimensões.

### **III. UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA ALAGOAS**

44. A educação é um direito e, também, uma ferramenta para transformar a sociedade. Por isso, precisamos de um projeto de educação que vise a construção de uma escola pública, gratuita, laica, universal, de qualidade social e que seja referência para as/os filhas/os da classe trabalhadora
45. A universalização da educação foi uma grande conquista da sociedade brasileira na Constituição de 1988. Entretanto, já na década de 1990, o avanço do projeto neoliberal impediu sua garantia plena.
46. Entre os anos de 2003 e 2014, houve um crescimento importante do investimento federal com gasto social e notadamente a educação foi um dos setores que mais cresceu nesse período de governos Lula e Dilma.
47. Por outro lado, a partir de 2016, com o Golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, o desmonte desse setor foi acelerado, sobretudo pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (que estabeleceu o teto de gastos, congelando o investimento em educação e saúde, dentre outras áreas sociais, por vinte anos!). Desde então, estamos vivendo um período de encolhimento do Estado e do serviço público,

abrindo espaço para o avanço do setor privado em diversas áreas, inclusive na educação.

48. Em nosso estado, há dois blocos conservadores de oligarquias que disputam o poder. O que eles têm em comum é a não valorização da educação, dos trabalhadores da educação e a resistência em executar de forma plena a gestão democrática nas escolas. Para a manutenção do poder oligárquico, é necessário menos educação e trabalhadores amedrontados o suficiente para não exigirem direitos.
49. Considerando que estamos em um dos estados mais pobres da federação e que hoje tem a maior taxa de analfabetismo na população acima de 25 anos, temos muitos desafios para a construção de um projeto de educação emancipador em Alagoas. Por isso, os dados referentes à política de educação em Alagoas podem subsidiar nossas reflexões em nosso processo de luta.
50. No que se refere a educação básica, temos hoje 873 mil pessoas matriculadas no estado de Alagoas - desde a creche ao ensino médio. A população de 5 a 17 anos corresponde a 718 mil pessoas, o que significa que temos pelo menos 155 mil pessoas matriculadas fora da faixa etária.
51. Entre os anos de 2016 e 2020, a população de Alagoas cresceu mais de 3%, enquanto as matrículas na educação básica no Estado caíram 5,5%. É possível que essa queda seja registrada em maior parte na rede privada como efeito local da crise econômica.
52. Considerando que há uma queda no número de matrículas em toda a rede de educação, é fundamental entender como estão atreladas às dificuldades enfrentadas pelas famílias para manter crianças ou adolescentes na escola. Precisamos incorporá-las à nossa pauta como uma prioridade.
53. Para isso, precisamos conhecer os dados do orçamento público e a configuração do tecido social, pois essas são informações fundamentais para o debate de construção e aprimoramento da política pública.

54. Os estados mais pobres têm mais dificuldade em superar os desafios relacionados ao acesso e qualidade da educação pública pela insuficiência de receita fiscal. Desta forma, a participação da população no debate sobre os gastos públicos é importante para aumentar o investimento público na educação.
55. A pequena disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas resulta em precarização do serviço de educação. Por isso, nosso desafio mais urgente é ter uma melhor estrutura escolar para compensar a incapacidade da população de ter acesso aos instrumentos que proporcionam o ensino de boa qualidade.
56. Algumas condições materiais dificultam o acesso da população em idade escolar à educação e interferem no desempenho dos alunos e na constância, contribuindo para a defasagem representada nos indicadores, como:
- a) Dificuldade de acesso à escola em função do local de moradia;
  - b) Ingresso precoce no mercado de trabalho, forçando o indivíduo a conciliar trabalho e escola ou o abandonar temporariamente a escola;
  - c) Condições financeiras de acesso a livros e outros equipamentos como computadores e internet, indispensáveis ao ensino-aprendizagem;
  - d) Alimentação insuficiente para assegurar bom desempenho na escola;
  - e) Infraestrutura precária das escolas, que nem sempre são ambientes acolhedores e capazes de oferecer atividades complementares de esporte e lazer para crianças;
  - f) Investimento per capita é insuficiente.
57. A educação do campo tem por base a necessidade do engajamento dos sujeitos envolvidos no processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional. É necessário compreender as raízes dos povos do campo, seus valores, tradição, etnias, festas, religiosidade, história, mística etc. Nos deparamos com a tendência de diminuição de oferta de vagas e fechamento das unidades escolares no campo. Esse fato, acrescido da falta de acesso às novas tecnologias, tem prejudicado os estudantes, que sofrem dupla penalidade : o distanciamento da

sua identidade do campo, falta de estrutura material, como acesso à internet, transporte adequado e as condições das famílias para aquisição de materiais necessários para continuidade dos estudos nesse período pandêmico.

58. Devemos, também, nos debruçar sobre as novas condições de acesso à educação que se configuraram no Brasil a partir de 2020 com a expansão do ensino on-line.
59. As atividades on-line impuseram às/aos professoras/es e às/aos alunas/os a necessidade de acesso a equipamentos e a serviços de transmissão. Isso deu novos contornos à condição de exclusão digital em que vive grande parte da população que estuda em escolas públicas e têm consequências graves do ponto de vista da qualidade do processo de ensino e da aprendizagem.
60. No último ano – entre 2019 e 2020 –, a queda no número de matrículas na educação básica foi o maior registrado nos últimos cinco anos, provavelmente efeito direto da pandemia.
61. O acesso à internet não é mais uma opção, mas uma necessidade. Ter acesso a equipamentos para desenvolver habilidades passa a ser um produto básico e sem ele você está elevando o nível de desigualdade social, sobretudo porque a educação é um instrumento de emancipação do indivíduo e de rompimento com extrema pobreza intergeracional assim como o desenvolvimento do território local. Precisamos garantir recursos para educação garantindo que o aluno não tenha apenas acesso à educação, mas todas as condições necessárias para ter um bom desempenho escolar.
62. As mudanças que queremos precisam ser compreendidas nesse cenário, para definirmos o que deve ser investido em cada etapa de ensino, de forma a possibilitar o acesso e a permanência de todos/as na escola.
63. Queremos também uma gestão democrática com conselhos escolares funcionando plenamente e com descentralização do poder da direção. Queremos que a comunidade escolar verdadeiramente participe da gestão.
64. Não podemos colocar na mão de grandes empresas o destino da educação de Alagoas. Por isso, não aceitamos a imposição do regime de competição

produtivista que está sendo implementado nas escolas através de plataformas que estabelecem conteúdos sem observar a realidade local e desconhece a potencialidade do trabalho da/o professor/a.

65. Um projeto de educação para Alagoas deve incorporar uma estratégia para barrar o desmonte do Estado e da Educação Pública. Para tanto, é necessário:

- a) Revogar a lei que impôs o teto de gastos, que retira recursos das áreas sociais como saúde e educação por 20 anos;
- b) Revogar as legislações que impõem congelamento de salários de servidores e limitações aos planos de carreira;
- c) Reverter as terceirizações e impedir a expansão dos contratos precários e temporários no serviço público, realizando novos concursos públicos.
- d) Lutar pela valorização através do respeito e cumprimento da lei do Piso e Carreira;
- e) Exigir investimentos na reorganização da estrutura física e pedagógica das escolas e na formação inicial e continuada para o conjunto dos/as trabalhadores/as da Educação;
- f) Participação da comunidade escolar na avaliação e monitoramento do plano Estadual de Educação e dos planos Municipais, que devem, mesmo em cenário de crise, garantir a efetivação do direito de uma educação de qualidade para a população que dela precise;
- g) Investir na profissionalização dos trabalhadores em educação.

66. Precisamos de um projeto de educação democrática inclusiva que promova a cidadania, a igualdade e a justiça social. Um projeto que constrói solidariedade no trabalho coletivo e democrático para a construção de sujeitos com consciência social. Esse é o projeto que pensamos e desenhamos com autonomia intelectual e direitos humanos.

67. Entender a educação como direito e não como serviço: essa é nossa luta!